



POLÍTICA OPERÁRIA

Estratégia do "Fora Bolsonaro" desembocou no terreno do eleitoralismo

Seguir lutando pela independência de classe

A condição de vida das massas se deteriora a cada dia. O desemprego segue elevado, assim como o contingente de desalentados. O fechamento de fábricas persiste. A miséria e fome se manifestam com maior violência. A política racista segue com suas chacinas. A aplicação das contrarreformas levou a uma destruição massiva de antigas conquistas, abrindo espaço para maior exploração, precariedade e instabilidade. Os salários não dão conta da alta do custo de vida, puxado pelas tarifas públicas, combustíveis e alimentos. As privatizações em todos os níveis de governo seguem seu curso. Muitas famílias precisam escolher entre pagar o aluguel ou comprar comida, aumenta o número de pessoas vivendo nas ruas e engrossa o contingente dos sem-teto. Não faltam motivos para que a revolta popular exploda. Mas o que fazem as direções dos movimentos sindical, popular e estudantil?

Depois de 14 meses de abandono das lutas nacionais de rua, no dia 29 de maio, houve o início da ruptura da passividade. Centrais, sindicatos e movimentos convocaram os atos e milhares atenderam ao chamado. Esse importante acontecimento foi sendo canalizado, desde o início, para a bandeira do "Fora Bolsonaro", com a afirmação de que era necessário remover Bolsonaro para estancar a mortandade, o desemprego e a miséria. As manifestações eram marcadas e remarcadas no ritmo da CPI da Covid no Senado. Após o "superpedido de impeachment", uma ampla frente agregou partidos de esquerda e de direita, com seus sindicatos e movimentos. Alguns atritos nas ruas em relação à presença de partidos de direita nos atos foram disciplinados pelas direções. Acordou-se um dia com grandes comícios, em 15 de novembro, para celebrar a frente amplíssima.

O desenvolvimento da crise política, com o fim da CPI da Covid e abafamento de suas recomendações expôs que não há interesse, seja das alas do capital descontentes com Bolsonaro, seja da oposição eleitoral de remover Bolsonaro agora. Os discursos inflamados em defesa da remoção imediata de Bolsonaro não passaram de demagogia eleitoreira. A solução da crise política desembocou na antecipação da corrida eleitoral. Nesse terreno não há unidade possível entre os que almejam a cadeira presidencial. A manifestação de 15 de novembro foi desmontada e a campanha do "Fora

Bolsonaro" pegou carona no Dia da Consciência Negra, subordinando as manifestações antirracistas ao eleitoralismo.

Enquanto isso, o PT busca viabilizar um vice que sinalize um acordo com a direita "democrática", aposta na saída de Alckmin do PSDB e filiação ao PSB para que ocupe tal posto. Bolsonaro emaranha-se ainda mais com o Centrao, indicando a filiação ao PL, mesmo partido que forneceu o vice de Lula, em 2002, José de Alencar. O PSDB terminou suas prévias estilhaçado; enquanto isso, Moro se oferece como "terceira via" e passa a agregar apoio de uma ala de militares.

Essa sequência dos fatos confirma que a estratégia do "Fora Bolsonaro" tem como conteúdo a troca de um governo burguês por outro, não se apoia na construção da frente única em defesa das reivindicações, mas sim na busca de uma frente

ampla eleitoral, uma vez que a via do impeachment naufragou. Não há como defender a vida das massas sem dar uma guinada no rumo dos atos de rua. O centro das reivindicações deve ser: a defesa dos empregos para todos, com a divisão das horas de trabalho entre todos aptos ao trabalho; salário mínimo vital que cubra as necessidades de uma família trabalhadora, calculado por suas assembleias; salário igual para trabalho igual, fim das discriminações sexuais, raciais e regionais; revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciárias; derrubar nas ruas a Reforma Administrativa; não às privatizações, reestatização sem indenização do que foi privatizado; não ao pagamento da dívida pública; terra aos camponeses e indígenas; plano de obras públicas para construção de moradias populares.

Essas reivindicações devem compor uma carta unificada de reivindicações a ser apresentada aos patrões e aos governos. Comitês e assembleias nos locais de estudo, trabalho e moradia devem organizar as ações para obtê-las. É preciso exigir das centrais e sindicatos que abandonem de vez os métodos virtuais de deliberação. Que seja convocado um verdadeiro dia nacional de lutas, com bloqueios e paralisações, que reagrupe as forças da classe operária, camponeses, juventude pobre e outros oprimidos e seja a base para a construção de uma poderosa greve geral.

Essa sequência dos fatos confirma que a estratégia do "Fora Bolsonaro" tem como conteúdo a troca de um governo burguês por outro, não se apoia na construção da frente única em defesa das reivindicações, mas sim na busca de uma frente ampla eleitoral, uma vez que a via do impeachment naufragou.

Orçamento para Ciência e Tecnologia destruído em 2021 e desmobilização por parte das direções sindicais

O não-pagamento de bolsas da CAPES para os Programas de Formação Docente (PRP e PIBID) em outubro e início de novembro revelaram o tamanho do estrago que o governo federal tem realizado no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Em 2021, o orçamento da pasta já havia sido cortado em 29% em relação a 2020, o maior corte no orçamento federal aprovado: de R\$ 11,8 bilhões, em 2020, passou para R\$ 8,3 bilhões, em 2021.

No início de outubro, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, mandou remanejar R\$ 600 milhões do orçamento do MCTI, que seriam destinados à pesquisa. Os recursos retirados afetam as bolsas da chamada universal do CNPq, afetam os institutos nacionais de ciência e tecnologia (são mais de 100 pelo país) e o Centro Nacional de Vacinas. O Ministro Marcos Pontes disse ter sido pego de “surpresa”.

Mais de 60 mil estudantes de graduação, das licenciaturas, foram afetados pelos atrasos da CAPES, em outubro e em novembro. Foi necessária a aprovação de duas leis complementares para dotação de recursos para os programas da Agência. O orçamento total dos Programas, no entanto, não foi recomposto. Os projetos de Lei (PLNs 17 e 31/21), aprovados em caráter de urgência no início de novembro, devem pagar as bolsas de setembro a dezembro de 2021; para os primeiros meses de 2022, não há certeza sobre o recebimento das bolsas de R\$ 400,00.

Em 26 de outubro e em 15 de novembro, estudantes de todo país realizaram pequenos atos presenciais denunciando os cortes nos Programas. A UNE chamou os atos, mas, como a maioria das direções sindicais, não deu muito peso à mobilização já que, como as demais, esteve metida na campanha do “Fora Bolsonaro e Impeachment”, que naufragou com o fim da CPI da Covid, no Senado.

Com efeito, o dia 15 de novembro, que deveria ter sido mais



um dia de ato nacional contra o governo, foi desmarcado pelas Centrais e movimentos, de modo que o movimento estudantil apareceu sozinho em sua campanha contra os cortes e atrasos de bolsas.

O ANDES-SN, seguindo a orientação da CSP-Conlutas, “transferiu” o “Fora Bolsonaro e Mourão” para o dia 20 de novembro, dia tradicional de marchas no “Dia da Consciência Negra”. Com isso, não só não participou das lutas estudantis que denunciavam o corte de verbas, o atraso nas bolsas, o desmonte da Educação, Ciência e Tecnologia, como rebaixou o Dia da Consciência Negra a um “Fora Bolsonaro e Mourão racistas”.

Não bastassem ter desviado o instinto de lutas de parte das massas, que se manifestou a partir de 29 de maio deste ano, para o eleitoralismo burguês, com o “Fora Bolsonaro”, agora, sequer isso as direções sindicais mantêm. A CSP-Conlutas, que quer postar de mais “radical”, lamentou o abandono da campanha pelas grandes Centrais, Força Sindical e CUT, e manteve caricaturalmente o “Fora Bolsonaro” no dia 20 de novembro, rebaixando, inclusive, as pautas do movimento negro, que estão para além da crítica ou ao “desgaste eleitoral” a este governo.

A previsão é que o orçamento para 2022 da Educação, Ciência e Tecnologia seja também menor em relação aos anos anteriores. É a destruição geral destas áreas em um momento em que as direções sindicais, de professores, de estudantes, e de trabalhadores do setor apostam apenas nas eleições de 2022. Este é o caminho do colaboracionismo, que precisa urgentemente ser derrotado pela juventude e pelos trabalhadores. Retomar as lutas nas ruas, as assembleias presenciais e unificadas, organizar as mobilizações e construir as greves setoriais e do funcionalismo público é fundamental para resistir a esses ataques.

Atos presenciais por “delegação”

Campanha contra a PEC 32 continua no mesmo ritmo e sob a mesma política da pressão parlamentar e do eleitoralismo

Em 22 de novembro, abria-se a 11ª semana da “Jornada de Lutas” em Brasília, organizada pelo Fórum Nacional de Servidores Federais de que faz parte também o ANDES-SN e Sinasefe, contra a PEC 32, da Reforma Administrativa. Como nas semanas anteriores, a “Jornada” tem ocorrido com a participação de “delegações”, formada por diretores e por alguns membros das bases do funcionalismo federal. Como desde o início, o calendário de “mobilização” inclui “recepção a parlamentares” no aeroporto de Brasília, participação de discussões nas

plenárias da Câmara dos Deputados, onde tramita atualmente a Proposta, e pequenos atos em Brasília.

Servidores e diretores dos sindicatos do funcionalismo se revezam nesta pressão parlamentar. Comemoram cada nova “notícia” em torno do adiamento ou “dificuldade” de votar a contrarreforma. Mantém, aliado a esta pressão parlamentar, o discurso eleitoreiro que visa a 2022, conforme bem expressou um membro do ANDES-SN na semana do servidor público, final de outubro: “Temos infor-

mações de que as nossas ações têm surtido efeito e a ideia é que mantenhamos essa mobilização em Brasília, em cada capital e em cada município, mostrando para a população os malefícios dessa reforma, que se traduz como a destruição dos serviços públicos, e mostrando para os deputados e as deputadas que, aqueles que votarem nessa PEC, não terão sossego e não voltarão em 2023” (site do ANDES-SN, do dia 26 de outubro).

Essa mentalidade é parte da política eleitoreira que, mesmo às custas da des-

truição dos serviços públicos, aponta a saída para 2022. Pressão parlamentar, com atividades presenciais com “delegação”, e saída eleitoral, fazem parte da mesma política de colaboração de classe com o governo.

Vimos agora, no início de novembro, a luta dos servidores municipais de São Paulo contra mais uma reforma da Previdência em nível municipal: o rebaixamento salarial por meio de maior alíquota a aposentados e ativos é parte das contrarreformas, como o é a contrarreforma administrativa. O governo municipal de São Paulo aprovou a medida apenas em um estado de guerra aberta contra os servidores que, em greve, buscaram ocupar a Câmara Municipal.

Se, mesmo com esta luta presencial, aberta, em greve, os servidores foram momentaneamente derrotados, imagine com esta Campanha fajuta, de pressão nas redes sociais e de atividades presenciais simbólicas, com ativismo por “delegação”.

As contrarreformas, Trabalhista,

Previdenciária, Administrativa, não são ação isolada deste ou daquele governo. Não são medidas de um governo “genocida”, como querem fazer crer as esquerdas eleitoreiras. As contrarreformas são parte da política do capital financeiro para os países atrasados no momento de profunda crise econômica do capitalismo mundial. Mesmo que a esquerda eleitoreira seja eleita em 2022, as contrarreformas continuarão e não serão revertidas as contrarreformas recentemente aprovadas (a Trabalhista, em 2017 e da Previdência, em 2019). Essa é uma ilusão, uma farsa que as direções sindicais, dos movimentos e dos partidos de esquerda querem fazer passar.

Os servidores públicos, a classe operária, o conjunto dos trabalhadores e da juventude não têm perspectivas positivas para os próximos meses e anos se não adotarem os métodos da ação direta, da luta massiva nas ruas e em uma profunda unidade contra os governos e os capitalistas. O isolamento das poucas lutas presenciais, a fragmentação das categorias tem levado ao rebaixamento salarial, à



destruição de direitos e ao desemprego em massa.

A direção do ANDES-SN e Sinasefe precisam abandonar essa política de pressão parlamentar e de aposta eleitoral e confiar na força dos professores, dos estudantes e do conjunto de trabalhadores dos institutos e das universidades para fazer frente à PEC 32 e aos cortes nos orçamentos da Educação, da Ciência e Tecnologia. Se não nos apoiarmos na organização das assembleias presenciais, na mobilização das bases, na construção das greves, seremos derrotados como nunca fomos na história recente do país.

Manifestação dos professores e servidores públicos do Paraná pela data-base

Convocada pelo FES e sindicatos de servidores públicos estaduais, a manifestação de 22 de novembro foi esvaziada, mas foi importante porque marcou a retomada das mobilizações presenciais que estavam bloqueadas por decisão dos sindicatos durante a pandemia.

A manifestação do dia 22 de novembro de 2021 em Curitiba começou com uma concentração na Praça Tiradentes, seguida de uma passeata até o centro cívico e finalizando com um ato diante do Palácio Iguazu.

Das universidades, participaram todos os sindicatos de técnicos, mas foi evidente a ausência dos sindicatos de professores e da Regional Sul do ANDES.

Esta ausência deveria ser bem debatida pelos sindicatos docentes, pelo Comando Sindical Docente e pela Regional Sul do Andes, pois, novamente, se a ausência persistir, ficará inteiramente nas mãos da APP a condução da campanha salarial, o que é sempre um perigo dada a facilidade com que a direção deste sindicato (PT) costuma abdicar das reivindicações dos servidores estaduais em troca de migalhas, que posteriormente trombeteiam como “grandes vitórias”. Os exemplos são muitos, mas vale lembrar os dois últimos acordos fechados com o governo aceitando a reposição de apenas uma parte das perdas – as do ano imediatamente anterior –



renunciando a brigar pelo conjunto das nossas perdas acumuladas e a que temos direito pela lei. E isso tudo aconteceu enquanto algumas categorias continuavam mobilizadas, ou seja, em momentos em que poderia ter sido arrancado mais do governo.

As perdas salariais do funcionalismo já ultrapassam os 30% e, se nada for feito, corre-se o risco de chegarmos à mesma situação vivida durante o governo Lerner, quando as perdas chegaram a 53,5%. De outra parte, a experiência mostra que somente um poderoso movimento de servidores dispostos a paralisar suas atividades e se manifestar nas ruas é capaz de arrancar a reposição das perdas.

Sobre as universidades ainda paira o fantasma da LGU (Lei Geral das Universidades) que logo mais – ainda antes do final do ano – o governo deve enviar à Assembleia Legislativa. A finalidade dessa lei é asfixiar as universidades estaduais, reduzindo drasticamente o contingente de docentes e técnicos, abrindo para a terceirização e outras formas de precarização, colocando um alto funcionário do governo acima da burocracia universitária num “conselho de reitores”, e restringindo completamente a autonomia universitária. Por tudo isso, a retomada das mobilizações deve ser o começo de uma nova luta.

Mais uma tentativa fracassada de tomar a Adunir da direita fascistizante

Desde 2019, professores da Universidade Federal de Rondônia apoiados pelo Andes-Sindicato Nacional, se organizaram em torno de uma Comissão Pró-Andes, com o objetivo de arrancar o sindicato das mãos de uma diretoria direitista, de colaboração com o governo de Guedes/Bolsonaro, que dirige a entidade com métodos antidemocráticos desde 2018.

A primeira tentativa se deu depois da assembleia que aconteceu em 29 de novembro de 2019. O grupo Pró-Andes entrou com processo na justiça, relatando corrupção do presidente da seção sindical. A tentativa foi fracassada. A diretoria continuou imobilista por todo o período do "isolamento social". A Comissão Pró-Andes chamou duas assembleias, porém remotas. Não houve, mesmo por parte desta pequena oposição, uma política de quebrar o imobilismo e organizar os sindicalizados.

Com o fim regimental da gestão, a diretoria divulgou o Edital de inscrição de chapas no dia 07 de outubro de 2021, como parte de suas manobras, com inscrição até o dia 13. A oposição chegou a inscrever uma chapa, mas foi impugnada pela Comissão Eleitoral, formada por apoiadores dos direitistas. Esta foi a segunda tentativa da oposição assumir a direção da seção sindical. A Comissão Pró-Andes entrou na justiça contra as irregularidades nesse processo eleitoral, mas

sem sucesso.

A Corrente Proletária da Educação/POR participou deste processo com uma carta endereçada à Comissão Pró-Andes, indicando que a oposição deveria se organizar por meio de plenárias com debates de suas posições, com boletins regulares denunciando os seguidos golpes dos bolsonaristas da seção sindical e defendendo a democracia operária. A Carta ainda falava que a escolha dos candidatos que compõem uma chapa oposicionista deve encarnar o programa desta chapa frentista e ser parte da militância ativa da entidade e não apenas nomes escolhidos entre amigos. Que não conseguiremos combater os direitistas reproduzindo métodos burocráticos, como a formação de chapa apenas para cumprir tabela.

A tarefa da oposição na ADUNIR é se constituir como uma frente, apoiada nos métodos da ação direta, na defesa intransigente da democracia sindical e em um programa de defesa da educação e dos trabalhadores. A unidade deve permanecer para além da disputa pela direção da seção e se consolidar em cada uma das lutas que ocorrem dentro e fora da universidade, a exemplo dos atos nacionais contra o governo, de que fizeram parte os estudantes e que os docentes devem assumir integralmente a partir de agora.

"Assembleia" híbrida da Adufepe aprova prestação de contas de 2017-2020

No dia 23 de novembro, a direção da Adufepe (PCdoB) realizou uma "assembleia" híbrida. A "inovação" foi um passo mais na burocratização da entidade. Houve apenas sete professores presencialmente e cerca de 30 divididos entre o Zoom e YouTube. Da oposição, apenas a CPE-POR compareceu, docente dos outros partidos de oposição (PT, PSol, PCB) ficaram em casa, seja conectados ou nem isso. A forma de votação foi um sistema online, que colheu votos das 11h às 12h30. O flagrante absurdo de uma votação que se inicia antes da conclusão do debate foi criticado por um docente da oposição (PSOL), solicitando que a votação online ocorresse em 10 minutos após o fim da discussão. Uma docente da CPE se absteve com declaração de voto, denunciando que a proposta da diretoria anula a assembleia e, na prática, fará um plebiscito online. Porém nenhum remendo, como o conteúdo da questão de ordem, tornará essa "assembleia" democrática. Para isso temos que retomar os métodos presenciais de deliberação e luta. Se nos encontramos nas ruas, nas manifestações, por que não podemos nos reunir nas assembleias? Os outros grupos da oposição não deveriam se acomodar aos métodos virtuais.

Na fala da CPE sobre a prestação de contas, iniciamos denunciando a mudança da pauta. Na primeira convocatória, constavam os pontos de informes e avaliação de conjuntura, depois retirados. Segue o conteúdo da intervenção :

"O balanço financeiro não pode ser feito à margem do balanço político. Dentre os anos da prestação de contas, um deles se deu sob a pandemia, e as massas arcaram com uma imensa mor-

tandade, aumento da miséria, fome e desemprego; o funcionalismo teve seus salários arrojados; as contrarreformas seguem destruindo direitos trabalhistas e previdenciários. A Universidade está sofrendo com os cortes no orçamento da Educação. A permanência estudantil está cada vez mais inviável, o EaD se alastra e há uma degradação acelerada nas condições de estudo e trabalho. Era previsível que burguesia e patrões iriam aproveitar a pandemia para atacar. Em nenhum momento os métodos presenciais de luta deveriam ser abandonados.

Qual foi a atuação da Adufepe, principalmente no ano da pandemia? Imobilismo diante dos ataques; substituição dos métodos presenciais de luta pela farsa do mundo virtual e sessão parlamentar, com ações midiáticas nos aeroportos, pois as despesas de 2020 e atuais são de diárias e viagens com essa finalidade. Além disso, a direção se adapta à contrarreforma trabalhista, passando a ampliar a rubrica de gastos com 'micro empreendedores individuais'. O mais grave, porém, é que as contas mostram uma concepção de isolamento da Adufepe em relação ao movimento docente nacional. Ao longo de vários anos, as gestões, ora do PT e PCdoB juntos, ora só do PCdoB, deixaram de repassar as contribuições ao Andes-SN. Vergonhosamente a delegação da Adufepe no último Congresso do Andes-SN teve que ser custeada por outras seções e não por aquela para a qual contribuimos como sindicalizados. Além disso, nesse período de 2017 a 2020, as assembleias foram raras e suas deliberações não eram cumpridas pela direção. Não é suficiente uma auditora privada para conferir despesas e notas. É preciso um profundo

balanço político. Por isso, defendo a reprovação das contas."

Na sequência, um ex-presidente da Adufepe parabenizou a realização da assembleia híbrida, defendeu que vivemos a "revolução tecnológica", a indústria 4.0, e o sindicato tem que se adaptar. Antes da pandemia, junto ao Profes, as direções da Adufepe já defendiam os plebiscitos online para deliberações da categoria.

Destacamos das falas que se seguiram a defesa de um professor de oposição (PSol) das medidas de pressão parlamentar nos aeroportos, que inclusive reconhece que o Andes é a maioria lá. Provocou a direção por levar estudantes da UJS, em vez de fazer assembleias para eleger a delegação. Mais uma diferenciação apenas de grau em torno da política encarnada pela direção atual. A direção aproveitou para atacar o Andes e propagandear sua proposta de "sindicato autônomo". Às vésperas da pandemia, a diretoria tentou chamar uma assembleia com votos por procuração para desfiliar a Adufepe do Andes. Certamente essas for-

mas de "assembleia híbrida" e plebiscito virtual serão uma ferramenta a mais para o PCdoB viabilizar sua política por meio do aparelhamento sindical.

As contas foram aprovadas no plebiscito online por 35 votantes. Houve 8 votos contra e 4 abstenções. Não era permitido votar na "assembleia", por isso nosso voto não foi computado.

É urgente que a oposição à Adufepe convoque uma plenária presencial para fazer o balanço da desagregação sob a pandemia e, por meio da democracia operária, retome a luta antiburocrática, em defesa da Universidade, dos serviços públicos, dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Que contribua para a unidade entre estudantes, professores e técnico-administrativos, com comitês e assembleias unificados. Que se coloque pelo chamado às centrais e sindicatos para um dia nacional de lutas com bloqueios e paralisações, como preparação para a greve geral em defesa dos empregos, salários e direitos.

SINDSIFPE – Assembleia de prestação de contas expressou a desorganização da categoria

No dia 19/11 ocorreu Assembleia dos servidores do IFPE, ocorreu em formato híbrido e tinha ponto único de pauta, aprovação das contas da última gestão (2018-2020), que foi apresentada pelo Conselho Fiscal do mesmo período. A modalidade "híbrida" é problemática, pois perpetua os métodos virtuais, antidemocráticos e dispersivos.

A prestação de contas é algo importante, pois é preciso deixar claro para base onde está sendo o empregado o dinheiro do sindicato. Mas, o tempo sem assembleias e a falta de uma divulgação ampla da prestação de contas impossibilitou que a pauta fosse cumprida. Em quase quatro horas de Assembleia, o Conselho Fiscal apresentou apenas alguns meses de 2018. O informe de 2019 e 2020 não foi apresentado de forma organizada e será retomado em uma próxima Assembleia, apenas em fevereiro de 2022. A desorganização impossibilitou que se aproveitasse a disposição dos que participaram presencialmente para discussão e organização da luta política do sindicato e expressa o quanto ficamos desorganizados em quase dois anos sem assembleias presenciais.

São vários os problemas a serem enfrentados, como o retorno presencial dos campi; a necessidade de contratação; o reordenamento, que apesar da maioria da comuni-

dade escolar ter se colocado contrária, parlamentares pediram para o MEC a inclusão do IFPE no Projeto de divisão do IFPE para criação do IF Agreste; além da luta contra a Reforma Administrativa, que a direção nacional do Sinasefe insiste em limitar aos métodos de pressão parlamentar.

A Corrente Proletária participou da Assembleia dando o informe da marcha da Consciência Negra e apontando a importância dos servidores atuarem no ato levantando as reivindicações dos servidores, principalmente contra a Reforma Administrativa. Sobre as contas, a desorganização apresentada ali expressou nossa desorganização enquanto categoria. Para avançar na organização das contas, defendemos que a gestão a apresente e convoque Assembleias presenciais para sua aprovação com regularidade. Em Assembleia, a direção deve apontar a importância do dinheiro do sindicato servir para fortalecer a luta, os trabalhadores que definem onde deve ser usado. Assim, se caminhará para que a discussão das finanças do sindicato não se desvincule da construção da luta pelas reivindicações e contra os ataques da Reitoria/Diretorias e governo. A importância do sustento do sindicato pela base é parte da independência organizativa e política dos trabalhadores.

R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS



Lênin estrategista da revolução proletária
Apostamentos sobre a história do Partido Bolchevique

LANÇAMENTO LIVRO
Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

POR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial